

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA  
FACULDADE AMADEUS - FAMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**KARLA SANTOS DIAS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: um estudo  
de caso no município da Barra dos Coqueiros**

**Aracaju – SE  
2022**

**KARLA SANTOS DIAS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: um estudo  
de caso no município da Barra dos Coqueiros**

**Monografia apresentado à Faculdade  
Amadeus, como requisito final para  
obtenção do Grau de Licenciada em  
Pedagogia.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tâmara Regina  
Reis Sales**

**Aracaju – SE  
2022**

Biblioteca FAMA

---

D541e Dias, Karla Santos  
A educação inclusiva no contexto da escola pública : um estudo de caso no município de Barra dos Coqueiros / Karla Santos Dias ; orientação [de] Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tâmara Regina Reis Sales. – Aracaju : FAMA, 2022.

41 f. ; il.

Monografia (Pedagogia) – Faculdade Amadeus

Inclui bibliografia.

1.Educação. 2. Inclusão. 3. Transtorno espectro autista. I. Sales, Tâmara Regina Reis(orient.). II. Faculdade FAMA. III. Título.

---


CDU: 376.057

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: um estudo  
de caso no município da Barra dos Coqueiros**

**Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do Curso  
de Pedagogia da Faculdade Amadeus sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tâmara  
Regina Reis Sales**

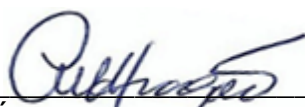
**Aprovada em 25/10/2022.**

Banca Examinadora



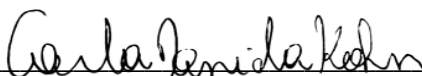
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tâmara Regina Reis Sales (Orientadora)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea Machado de Aragão (Avaliadora)



---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Carla Daniela Kohn (Avaliadora)

**Aracaju  
2022**

Dedico este trabalho a todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo ainda mais especial aos que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) que é o foco de estudo dessa monografia, não esquecendo daqueles que no seu cotidiano trabalham e lutam para promover a inclusão seja na escola ou na sociedade em geral.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desse trabalho somente foi possível graças a orientação da professora Tâmara Regina Reis Sales, assim como ao apoio da minha família e amigos, ademais agradeço a Deus, este ser indescritível que nos momentos de fragilidade emocional, cansaço e desânimo, me fortaleceu e iluminou minhas noites e dias de estudo e pesquisa.

À Faculdade Amadeus que em função de sua estrutura organizacional, vem proporcionando para os alunos das diversas áreas do conhecimento, em diversos níveis, o contato com a conjuntura educacional do nosso Sergipe, quiçá do nosso país.

A minha professora e orientadora Tâmara Regina Reis Sales por aceitar o convite, fazendo-se presente nos momentos de dificuldade e dúvidas sempre na perspectiva de auxiliar e aprimorar o desenvolvimento dessa monografia. Profissional ímpar, que ouviu as minhas pretensões sobre o tema e direcionou esse estudo com dedicação e maestria, sempre muito prestativa e atenciosa comigo e com as minhas dúvidas.

A todos os professores da Faculdade Amadeus, pois através das aulas, dos questionamentos e ponderações feitas ao longo da graduação, despertaram em mim a curiosidade e o desejo de conhecer mais acerca da educação inclusiva, sendo o estágio não obrigatório e remunerado um divisor de águas nesse processo, visto que, trabalhar como apoio de uma aluna com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), me levou a pesquisar ainda mais, ler sobre o tema, tendo o objetivo de juntamente com a escola e os professores da instituição proporcionar aprendizagens a essa educanda.

Agradeço imensamente a essa aluna, da qual fui apoio escolar, ela me ensinou muito sobre o que é a inclusão e como é importante incluir, e sim ela é o motivo que me levou a escolher como temática a educação numa perspectiva inclusiva.

A escola inclusiva não faz distinção entre seres humanos, não seleciona ou diferencia, com base em julgamentos de valores como “perfeitos ou não perfeitos”, “normais ou anormais”. Ela oferece condições e oportunidades, livre de preconceitos, de conhecer, aprender, viver e ser”. (STRIEDER e ZIMMERMANN)

## RESUMO

A Educação Inclusiva é um grande desafio no cenário educacional atual, mesmo com o amparo legal, a garantia de direitos e as discussões acerca do tema que buscam tornar a escola um ambiente inclusivo e acolhedor, com profissionais capacitados para atender aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O presente estudo parte da experiência que a autora da referida monografia possui, visto que, já trabalhou como apoio escolar de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) numa instituição privada e foi possível perceber que a inclusão só acontece quando há uma equipe que atua em conjunto e colaboração, isto é, a família, a escola e os demais profissionais que acompanham o educando, como a psicóloga, por exemplo. Por isso o objetivo dessa monografia é analisar como ocorre o processo de inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) numa escola da rede pública, nesse contexto o estudo de caso ocorreu numa escola da rede municipal de ensino da Barra dos Coqueiros através de entrevistas com a coordenadora geral, que é a gestora e a professora da sala de aula regular do 5º ano, houve ainda diálogo com a psicopedagoga para que fosse possível compreender como ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e assim analisar se a inclusão é realidade ou ainda um grande desafio. O estudo de caso evidenciou que educação inclusiva no contexto dessa escola pública possui aspectos a serem melhorados, principalmente no que diz respeito a estrutura da sala de recursos, a necessária formação continuada dos professores, a notória falta de comunicação entre a professora da sala regular com a psicopedagoga, sendo preciso também mais participação da família nesse processo, visto que, dessa forma a inclusão ocorrerá de modo a levar o sujeito a condição de protagonista do seu aprendizado, tendo o devido apoio e preparação dos profissionais que estão a sua volta.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista.

## ABSTRACT

Inclusive Education is a major challenge in the current educational scenario, even with legal support, the guarantee of rights and discussions on the subject that seek to make the school an inclusive and welcoming environment, with professionals trained to serve students with disabilities, global development and high abilities or giftedness. The present study is based on the experience that the author of the aforementioned monograph has, since she has already worked as a school support for a child with Autism Spectrum Disorder (ASD) in a private institution and it was possible to perceive that inclusion only happens when there is a team that works together and in collaboration, that is, the family, the school and other professionals who accompany the student, such as the psychologist, for example. Therefore, the objective of this monograph is to analyze how the process of inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) occurs in a public school, in this context the case study took place in a school of the municipal education network of Barra dos Coqueiros through After interviews with the general coordinator, who is the manager and teacher of the regular 5th grade classroom, there was also a dialogue with the psychopedagogue so that it was possible to understand how the Specialized Educational Service (SES) occurs and thus analyze whether the inclusion is reality or even a great challenge. The case study showed that inclusive education in the context of this public school has aspects to be improved, especially with regard to the structure of the resource room, the necessary continuing education of teachers, the notorious lack of communication between the teacher of the regular classroom with the psychopedagogue, being also necessary more participation of the family in this process, since, in this way, the inclusion will occur in order to take the subject to the condition of protagonist of his learning, having the proper support and preparation of the professionals who are around him.

**Keywords:** Education. Inclusion. Autism Spectrum Disorder.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PNEE - Política Nacional da Educação Especial

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TEA - Transtorno do Espectro Autista

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>3 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Transtorno do Espectro Autista: conceito e características .....</b>	<b>16</b>
<b>3.2 História do TEA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.3 Legislação do TEA.....</b>	<b>22</b>
<b>4 O ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA BARRA DOS COQUEIROS .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1 Relato da entrevista com a coordenadora geral .....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 Relato da entrevista com a docente .....</b>	<b>31</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema de grande relevância para a sociedade atual, dada a diversidade do alunado presente no ambiente escolar, isto é, a sala de aula deixou de ser vista como um local homogêneo onde todos aprendem da mesma forma e, ao mesmo tempo, tornou-se um espaço no qual se constrói aprendizagens significativas a partir das diferenças.

Conforme destaca Padilha (2001, p. 3) “o importante seria que nós não limitássemos a vida humana a essa relação normal/patológico, pois é preciso olhar para além do corpo, além da doença, além da diferença, para além da deficiência”.

A inclusão escolar vem sendo discutida ao longo dos últimos anos e consiste na ideia de que todas as pessoas devem ter acesso, de modo equitativo, ao sistema de ensino, não tolerando, portanto, nenhum tipo de discriminação. O foco principal dessa inclusão escolar é que crianças e jovens que possuam necessidades especiais sejam inclusos nas classes regulares, compartilhando experiências e aprendizagens, enquanto sujeitos sociais que interagem e aprendem em meio ao convívio tanto na sala de aula como na sociedade.

As classes estudantis são heterogêneas, ou seja, contam com alunos ditos “normais” e os que possuem necessidades especiais, entre elas o Transtorno do Espectro Autista (TEA), objeto de investigação deste estudo. Na figura do professor vemos um mediador, que precisa de formação continuada para atender as demandas dessa sala de aula, sendo assim analisamos ao longo de um estudo de caso o processo de inclusão do educando, que é público da educação especial, em uma sala de aula regular, em meio aos inúmeros desafios comprovar se esse estudante é realmente incluso nas atividades desenvolvidas no ambiente da instituição.

O Sistema educacional inclusivo é aquele que promove políticas, práticas e esforços considerando tanto a singularidade como a diversidade. Em sentido estrito, um sistema educacional inclusivo é aquele que oportuniza o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem de todas as pessoas, sem exclusão (BRASIL, 2020 c, p. 48).

Diante desse contexto buscamos responder ao seguinte questionamento: Como ocorre o processo de inclusão das crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da Barra dos Coqueiros (EMEFJC)? Para isto, foi analisada a estrutura física da instituição, se há

existência da sala de recursos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), se o ambiente escolar conta com a presença do profissional psicopedagogo que trabalha em conjunto com a equipe pedagógica, e assim foi verificada se a inclusão é realidade ou ainda um objetivo a ser alcançado.

Além da importância para o contexto educacional atual, a pesquisa justifica-se pelo fato de a autora da referida monografia possuir experiência numa instituição de ensino como apoio de uma criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e pôde perceber o quão importante é o trabalho conjunto realizado entre a escola e sua equipe pedagógica juntamente com a família.

Portanto o objetivo geral da pesquisa foi analisar como ocorre o processo de inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na EMEFJC. E os objetivos específicos: conhecer acerca da educação especial, analisando a legislação, o contexto histórico e atual no qual crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão inseridos, investigar as condições estruturais da instituição escolar e compreender se a equipe pedagógica está preparada para o trabalho e desenvolvimento das crianças diagnosticadas com TEA, matriculadas regularmente na EMEFJC.

## 2 METODOLOGIA

A investigação acerca da realidade da educação inclusiva na Escola Municipal localizada no município da Barra dos Coqueiros ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa pelo método de estudo de caso e os procedimentos foram a observação e análise sobre a realidade vivenciada no ambiente escolar. Nesse contexto foram realizadas entrevistas com a coordenadora da instituição e com a professora, por meio de questões que promoveram um diálogo aberto e minucioso sobre como ocorre à inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula regular.

Conforme Gil (2008, p. 57) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”, ou seja, é necessário conhecer essa escola pública, qual a sua realidade, como os alunos com necessidades especiais são atendidos, as dificuldades, como é desenvolvido o trabalho da equipe pedagógica no intuito de incluir os estudantes da educação especial na dinâmica do ambiente escolar, ou seja, é de fundamental importância investigar detalhadamente as especificidades da escola escolhida.

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (GIL, 2008, p. 50), e também dará sustentação a esse estudo, assim como ressalta Gil (2008), esse modelo de pesquisa nos permite investigar de modo mais amplo e preciso o assunto pretendido, e assim é possível explorar as visões de diferentes estudiosos sobre a relevância da educação verdadeiramente inclusiva.

A base do estudo de caso é a pesquisa qualitativa que é feita considerando um número pequeno de pessoas a serem analisadas, seguindo um planejamento pré-estabelecido que permita ao pesquisador conhecer o objeto analisado, nesse caso a realidade da educação inclusiva na Escola Municipal, composta por alunos da faixa etária entre 10 e 12 anos, que estão regularmente matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais.

Seguindo essa linha de raciocínio a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem (VIEIRA, ZOUAIN 2005, apud AUGUSTO, 2013, p. 748).

Houve ainda a realização de entrevistas com a professora e a coordenadora da escola analisada, com o objetivo de conhecer o contexto escolar partindo da visão que ambas possuem sobre o ambiente no qual trabalham, ou seja, como essas profissionais enxergam a realidade da escola frente à inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista e a rotina da instituição.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p. 109).

Gil (2008) destaca ainda algumas vantagens da entrevista, uma vez que, entrevistador e entrevistado estão frente a frente, sendo assim é possível compreender mais facilmente qual o ponto de vista do entrevistado sobre a situação problema levantada, como ele reage às perguntas, sente-se incomodado ou tranquilo quanto aos questionamentos realizados. Vantagens destacadas pelo autor:

- a) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever;
- b) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista;
- c) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas (GIL, 2008, p. 110).

A entrevista realizada nesse estudo de caso foi a entrevista estruturada, definida por Gil (2008, p. 113) como aquela que se desenvolve: “[...] a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados [...]”. Esse tipo de entrevista conta ainda com a lista de perguntas a serem realizadas, chamada de questionário ou formulário.

Logo, o processo metodológico desse estudo de caso conta com as fases de investigação na escola pública e a pesquisa bibliográfica que deu fundamentação teórica ao tema proposto, tendo como instrumento a pesquisa qualitativa que nos leva a compreender o contexto no qual a instituição está inserida, observando como a direção e professora analisam o processo de educação inclusiva existente na escola.

### 3 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação Inclusiva propõe que alunos com e sem necessidades especiais estejam presentes numa mesma sala de aula regular, convivendo juntos e aprendendo com as diferenças. Esse incluir não está ligado somente à pessoa com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência, altas habilidades ou superdotação, mas também a povos da cultura indígena, quilombola e do campo que por diversas vezes são marginalizados na sociedade brasileira, ou seja, o intuito da educação inclusiva é tornar a escola um espaço diverso, que respeita as diferenças e desenvolve aprendizagens significativas por meio do convívio social.

A Política Nacional da Educação Especial (PNEE) em um dos seus princípios determina:

VIII – atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no território nacional, incluída a garantia da oferta de serviços e de recursos da educação especial aos educandos indígenas, quilombolas e do campo (BRASIL, 2020 c, p. 51).

A Educação Especial foi historicamente uma rede de ensino paralelo para as crianças com deficiência e transtornos de aprendizagem, ou seja, a única opção para a educação formal eram as escolas especiais, e nesse contexto nos questionamos qual a diferença entre a Educação Especial e a Educação inclusiva? A Educação Especial é uma modalidade de ensino voltada aos "educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 1996, p. 9), que devem ser matriculados preferencialmente em escolas regulares, contudo, se os pais optarem podem matricular seus filhos numa escola especial onde o atendimento é direcionado exclusivamente para crianças com necessidades especiais, ou seja, naquele espaço pedagógico a criança só interage com os alunos que possuem o mesmo transtorno ou deficiência que ela.

Nesse contexto se as crianças dessa classe tiverem como característica a falta de interação, a dificuldade em compreender os sentimentos do outro e expressar os seus, como resultado teremos crianças que não conseguem lidar com o convívio social, pois preferem o silêncio no qual foram acostumadas a viver, logo, esse estudante não consegue e nem quer se expressar, socializar, uma vez que, durante boa parte do seu dia, ela não vivencia essa experiência tão importante e enriquecedora.

Mazzota (1996) apud Mendonça (2015) define a educação especial como sendo:

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (MAZZOTA, 1996, p.11, apud MENDONÇA 2015, p. 3).

Logo, verificamos que Educação Especial e a Inclusiva possuem algumas diferenças significativas, uma vez que a primeira defende a retirada da criança da classe regular quando a mesma não acompanha o ritmo do plano de ensino individualizado, esse aluno seria encaminhado a uma instituição especializada que buscaria desenvolver as competências e habilidades que não foram atingidas na sala de aula comum. Já a perspectiva inclusiva preza pela colocação do educando com necessidades especiais na classe comum em todos os níveis da educação, insistindo no atendimento igualitário para todos, havendo a prestação de serviço de apoio a criança com TEA, por exemplo, no contraturno.

### **3.1 Transtorno do Espectro Autista: conceito e características**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma disfunção neurológica que afeta a linguagem, a sociabilidade, a comunicação verbal e não verbal e é caracterizado ainda por variações comportamentais, assim como é ressaltado por Fernandes (2016, p. 2), sendo esse transtorno cada dia mais presente em nossa sociedade e conseqüentemente na instituição escolar.

A palavra “autismo” é de origem grega “autos”, e significa “voltar-se para si mesmo”, conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.77), nesse contexto a etimologia da palavra nos leva a refletir sobre uma característica marcante do TEA, que é a dificuldade em estabelecer relações, ou seja, interagir enquanto sujeito social.

A dificuldade de socialização é a base tríade de sintomas do funcionamento autístico. Sabemos que o ser humano é, antes de tudo, um ser social. Busca, desde pequeno, fazer amigos, agregar pessoas a sua volta e dividir momentos e experiências. É através da socialização que o indivíduo aprende as regras e os costumes da sociedade em que habita (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 10).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais -DSM-5 (APA, 2014) define o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento que possui as seguintes características: “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades” (APA, 2014, p. 53).

Contudo, as crianças que com o transtorno do espectro autista não possuem necessariamente todas essas características, o que ocorre são indivíduos com comportamentos variados, isto é, nem toda criança com TEA é resistente às interações sociais, há casos em que esse sujeito é carinhoso, gosta do contato, do abraço, no entanto não desenvolveu a fala, isto é, a linguagem propriamente dita, mas consegue interagir com seus pares.

Silva, Gaiato e Reveles (2012) destacam as três áreas mais afetadas por sintomas do TEA:

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as interações dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 10).

A socialização, que é um processo de extrema relevância para o desenvolvimento do sujeito social crítico e reflexivo, é uma característica afetada pelo TEA, é comum a família e a própria comunidade escolar perceberem quando a criança não interage, “fica quietinha em seu canto” ou apresenta comportamento agitado, no entanto, não responde a chamados, possui dificuldade em manter o contato visual ademais prefere brincar sozinha, tais sinais demonstram que essa situação precisa ser investigada, uma vez que, essa série de acontecimentos mencionados sinalizam algo atípico no desenvolvimento dessa criança.

A interação social é tão importante na vida em sociedade que Mantoan (2011) critica a vertente da educação especial, visto que esse educando com TEA frequenta o atendimento especializado que possui caráter assistencialista, e não emancipatório, como propõe a educação inclusiva.

A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre os quais se destaca a cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial (MANTOAN, 2011, p. 29).

“A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal” (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p.10). É corriqueiro pais de alunos com TEA relatarem que gostariam que seus filhos ao chegarem em casa depois de um dia de aula relatassem o que aconteceu, se foi divertido, quais atividades foram realizadas, contudo essa criança permanece em silêncio, por não ter desenvolvido a fala ou por não conseguir socializar espontaneamente, logo, o comprometimento na comunicação interfere diretamente no processo de socialização.

A aprendizagem da linguagem é a condição mais importante para o desenvolvimento mental, porque, naturalmente, o conteúdo da experiência histórico – social, não está consolidado somente nas coisas materiais; está generalizado e reflete-se de forma verbal na linguagem (VYGOTSKY, 1989, p. 114 apud FERNANDES, SILVA, 2016, p. 4).

“A terceira é a das inadequações comportamentais” (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 10), e essa é mais uma característica que podemos visualizar no cotidiano de um aluno com transtorno do espectro autista, pois essa criança geralmente apresenta interesses restritos e repetitivos, isto é, na escola, por exemplo, ela sempre faz o mesmo desenho na aula de Arte, isso porque quando alguém solicita uma ilustração, a sua mente já a leva automaticamente a realizar aquele desenho. Outra questão é a rotina, o educando está acostumado a realizar determinadas atividades diariamente, logo, sair dessa zona de conforto na qual já entende previamente o que faria, a desagrada, levando-a a comportamentos impulsivos e muitas vezes agressivos, logo, mudanças e flexibilidade, geralmente não agradam a criança com TEA.

A cultura de um povo é determinada através das regras de convivência, ou padrões de comportamento aceitáveis socialmente” (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 18), no entanto com o TEA, os autores mencionados destacam que:

Os padrões de comportamento das pessoas com autismo independem de raça, nacionalidade ou credo desses indivíduos. É fácil identificarmos comportamentos autísticos mesmo em um estrangeiro, pois não estão relacionados ao povo ou outros moduladores, e sim ao desenvolvimento particular das pessoas (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 18).

Assim ressaltamos as três áreas mais afetadas pelo transtorno do espectro autista, as interações, ou seja, o processo de socialização, a linguagem incluindo a comunicação verbal e não verbal e o comportamento, destacando as inadequações comportamentais, como a agressividade e a intolerância a mudanças na rotina.

Conforme o DSM- 5 (APA, 2014) o transtorno do espectro autista é classificado de acordo com o nível de gravidade: nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”, nível 2 “Exigindo apoio substancial” e nível 1 “Exigindo apoio”.

**Quadro 1. Níveis de gravidade para o Transtorno do Espectro Autista**

<b>Nível de gravidade</b>	<b>Comunicação social</b>	<b>Comportamentos restritos e repetitivos</b>
Nível 3	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM- 5 (APA, 2014, p. 52)

Logo, a classificação do TEA em níveis visa considerar essa série de condições que envolvem esse transtorno do neurodesenvolvimento, agrupando características juntamente com seu grau de intensidade.

### 3.2 História do TEA

A história do Transtorno do Espectro Autista, assim como todo o processo histórico da Educação Especial, é marcada pela exclusão, discriminação e o preconceito. A negação dos direitos humanos é outro fato marcante registrado, marginalizados pela sociedade e até mesmo pela igreja durante anos, “ser diferente” não só assustava, mas também colocava a pessoa com necessidades especiais na condição de um ser desprezado pela família e socialmente. “A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental” (MAZZOTA, 2001, p.16).

Nesse contexto, períodos marcantes como a Idade Média reforçavam a exclusão da pessoa com deficiência da sociedade que perdurou por séculos.

É oportuno mencionar que nesse período histórico as famílias de bebês e crianças “anormais” (termo comum na época) eram incentivadas a “se desfazerem” delas, sob denominações de aberrações e outros termos, pois eram consideradas como vergonha, mancha ou castigo àquela família. (EVÊNCIO, FERNANDES, 2019, p. 134).

É possível verificar que a exclusão foi tolerada durante muito tempo, por isso, Carvalho (2010, p. 47) destaca: “Fala-se muito, hoje, da exclusão social embora, historicamente para muitos, a condição de exílio, de separação, de ficar à parte, segregado e experimentando sentimento de rejeição, tenha sido uma característica de suas vidas”.

No entanto, compreendemos que o contexto histórico atual é outro e por isso há tantos debates sobre a necessidade da inclusão, Carvalho mais uma vez traz a sua contribuição sobre a temática: “Se a exclusão fazia parte da “normalidade das sociedades”, não mais desejamos que continue assim, tanto sob o aspecto físico, espacial no qual se segregam grupos ou pessoas, quanto as formas simbólicas de exclusão [...]” (CARVALHO, 2010, p.47).

A palavra autismo foi utilizada por Eugen Bleuler em 1908 associada à fuga da realidade, isto é, o sujeito foge para um mundo interior com seus próprios

pensamentos e perturbações, essas características foram observadas em pacientes esquizofrênicos. A partir disso o “autismo” até então denominado passou a ser estudado por outros pesquisadores e estudiosos.

Em 1943 o psiquiatra Leo Kanner publicou o livro *Distúrbio Autístico do Contato Afetivo*, no qual descreve o TEA como “autismo infantil precoce”, uma vez que seus principais sintomas já eram verificados na primeira infância. O TEA foi definido da seguinte forma:

[...] uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino (TAMANAHA, PERISSINOTO, CHIARI, 2008, p. 296).

Os estudos de Kanner foram primordiais para o reconhecimento do TEA enquanto um distúrbio que tinha como principal característica a ausência ou dificuldades persistentes, desde a infância, no estabelecimento das relações sociais, ou seja, a interação e a socialização eram notoriamente afetadas pelo transtorno, que atingia principalmente meninos, assim como destacam Silva, Gaiato e Reveles (2012).

As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto. Elas são bem diferentes das crianças tímidas, que não conseguem ficar com o grupo por vergonha, mas observam de longe os coleguinhas, com a nítida vontade de serem aceitas e de participar das brincadeiras (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 12).

Já nas décadas de 50 e 60 foi defendido que a causa do TEA além da questão biológica, era também o distanciamento familiar, ou seja, os pais não eram suficientemente afetivos com essa criança, muito pelo contrário seriam pais distantes, frios, indiferentes ao filho, logo eram “culpados” pela condição mental da criança, Kanner era um dos autores que também defendia essa ideia, que posteriormente foi refutada pela comunidade científica, o nome dado a esse distanciamento principalmente por parte da figura materna, denominou-se como “mãe geladeira” assim como Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 77) abordam no livro “Mundo Singular”.

[...] dentre as crianças consideradas autistas à época havia pouquíssimos pais e mães realmente calorosos, que a criança parecia viver em uma atmosfera fria convivendo com dois estranhos, e que a gravidez da maioria dessas crianças não havia sido bem-vinda ou mesmo desejada. Descreveu os pais como altamente intelectualizados, porém inexpressivos, introvertidos, obsessivos, sem criatividade, frios, e que mantinham seus filhos “em uma geladeira que nunca descongelava” (KANNER, 1949, p. 425 apud FADDA; CURY, 2016, p. 413).

Contudo, após décadas e tamanhas tentativas de explicar o transtorno do espectro autista, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais -DSM-5 (APA, 2014), que é uma atualização de processos anteriores, tem o respaldo da comunidade científica internacional, definindo o TEA com um único diagnóstico, ou seja, um único espectro com diferentes níveis de gravidade.

### **3.3 Legislação do TEA**

A pessoa diagnosticada com o transtorno do espectro autista é assistida pela legislação nacional, o que possibilita a garantia de direitos essenciais e a busca por mais conquistas que resultem na inclusão social, isto é, o indivíduo com TEA deve ser incluso desde a infância primeiramente pela própria família, depois no ambiente escolar e como consequência na sociedade, cabendo aos órgãos competentes cumprir efetivamente os direitos garantidos por lei.

A Constituição Federal de 1988 destaca quais são os direitos sociais do cidadão: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 18).

Quando pontuamos o direito à educação é importante mencionar que a criança ou o adolescente diagnosticado com TEA que está matriculada numa escola regular, ou seja, em classes comuns, tem o direito de contar com o profissional de apoio escolar e a função desse apoio é auxiliar o estudante a desenvolver as atividades da sua rotina, desde higiene até a mediação entre o professor e o educando. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista defende:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:  
Parágrafo único: Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012, p. 2).

O direito ao profissional de apoio escolar é reiterado conforme estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu artigo 3º define-se as atribuições desse profissional de apoio escolar:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, Art. 3).

A legislação conhecida como Lei Berenice Piana nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, já mencionada anteriormente merece atenção, isto porque, é um marco de grande relevância para a história do TEA, pois trata exclusivamente das especificidades desse transtorno, sendo assim esse destaque legal “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução” (BRASIL, 2012, p. 1).

A Lei nº 12. 764 (Berenice Piana) reforça ainda que “[...] a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, Art. 1).

O direito à educação, o direito de frequentar a escola comum (junto com os ditos “normais”), o direito a aprender nos “limites” das próprias possibilidades e capacidades, são decorrentes do direito primordial à convivência, até porque é na convivência com seres humanos - “normais” ou diferentes - que o ser humano mais aprende (SARTORETTO, 2011, p.1).

Nesse contexto é possível verificar que as importantes conquistas legais colocam a pessoa com o transtorno do espectro autista como um sujeito ativo que necessita do amparo legal para se emancipar enquanto cidadão, tendo assegurados os direitos fundamentais como a educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Assim como a Constituição, a legislação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a importante Lei de Diretrizes e Bases da Educação enfatiza em seu “Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de”:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, p. 2).

Mais um destaque legal da atualidade é a Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020, denominada Lei Romeo Mion que definiu a criação de uma importante ferramenta para a pessoa com TEA.

Art. 3º- A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2020 a, Art. 3).

Essa carteira de identificação permite que sujeitos com TEA sejam atendidos prioritariamente, já que não é possível identificar quando a pessoa tem o transtorno do espectro autista, é importante ressaltar que dependendo do nível de gravidade do espectro, tanto às crianças como os adultos diagnosticados podem manifestar comportamentos considerados “inadequados” para determinados locais.

Por exemplo, em um supermercado uma criança com 11 anos pode ficar inquieta, correndo, gritando, realizando movimentos gestuais aparentemente desconexos, e como consequência quem está em volta julga tais ações como “birra”, no entanto naquele momento, é possível que a criança esteja passando por uma crise, pois não reconhece aquele ambiente tampouco aquelas pessoas, essa fuga da sua rotina estressa e a leva a ter tal comportamento, portanto, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), visa diminuir a incidência de acontecimentos como esse, facilitando a identificação de pessoas com TEA e priorizando seu atendimento.

Uma questão aparentemente “boba” e “sem importância”, mas que a sociedade amplamente desconhece, é que os pais de crianças e adolescentes com TEA muitas vezes evitam o convívio social, isto é, ir ao shopping e principalmente ao cinema, esse último é um espaço destinado à diversão, entretenimento, lazer, que exige silêncio, luzes apagadas, som alto para que o público entre no clima da

animação ali assistida, então na concepção de alguns pais esse ambiente não atende às necessidades do seu filho, que não fica muito tempo quieto, não gosta de barulho, nem do escuro.

Por isso foi aprovada a Lei 17.272/20 em São Paulo que assegura que todos os cinemas paulistanos tenham pelo menos uma sessão adaptada para crianças e adolescentes autistas. Conforme a Lei 17.272 de 14 de janeiro de 2020 “dispõe sobre a realização de sessões de cinema adaptadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias”, e defende ainda: “Art. 1º Deverão ser realizadas em todas as salas de cinema do Município de São Paulo, no mínimo uma vez por mês, sessões destinadas a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.”

Essa seção adaptada conta com as luzes meio acessas, som mais baixo, sem propagandas para que o público assista ao filme e não gere dispersão, as pessoas podem caminhar no espaço de exibição do filme, que permite ainda a livre entrada e saída. Esse direito ao lazer aparentemente simples significa muito tanto para a pessoa com o transtorno do espectro autista como para sua família que sente a inclusão mais real e efetiva.

Logo, é notório que a ampla legislação que ampara as pessoas com TEA tem como objetivo inserir ao máximo esse sujeito ao contexto social, e o ambiente que prepara essa criança, esse adolescente, para o convívio em sociedade é a escola, que deve trabalhar em parceria com a família e a equipe multidisciplinar para tornar a pessoa com o transtorno do espectro autista mais independente, mais forte e disposto a ser um ativista por seus direitos assegurados por lei, além da luta por mais inclusão e políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade com TEA.

## **4 O ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA BARRA DOS COQUEIROS**

A EMEFJC está localizada no município da Barra dos Coqueiros/SE, é considerada referência no que diz respeito ao atendimento educacional especializado, isto porque foi a primeira unidade educacional da cidade a contar com uma sala de recursos. Atualmente, a escola atende a um público diverso nos turnos matutino e vespertino.

A escola presta o serviço educacional especializado no contraturno ao que o aluno estuda, assim como recomenda a legislação, tais encontros ocorrem duas vezes na semana. Dados sobre as matrículas retratam que atualmente a escola tem 42 alunos que fazem parte da Educação Especial, e os casos registrados são de alunos com Síndrome de Down, hiperatividade, esquizofrenia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), paralisia cerebral, hidrocefalia, retardo mental e transtorno do espectro autista (TEA), este último é o mais presente nos alunos que estudam na instituição.

### **4.1 Relato da entrevista com a coordenadora geral**

A primeira pergunta da entrevista com a coordenadora geral dizia respeito a presença de um profissional psicopedagogo que atua na instituição, a resposta da gestora foi:

“Não temos psicopedagoga, mas sim duas professoras para a sala de recursos, uma em cada turno”.

Foi possível conversar com a professora da sala de recursos do turno vespertino, que relatou os desafios desse trabalho no âmbito da escola pública. A profissional é pedagoga, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Atendimento Educacional Especializado, Terapia Comunitária Sistêmica e mestra em Educação, logo verifica-se que apesar de a gestora ter respondido que não tem psicopedagoga, já que a docente da sala de recursos foi contratada como professora, ela é psicopedagoga, como verificamos através da sua formação acadêmica.

O que foi relatado como desafio pela profissional é a questão estrutural, a sala de recursos é pequena, não conta com variados materiais para o trabalho com

um público tão diverso como o que a escola atende e as cadeiras não comportam de modo confortável alguns adolescentes.

Assim percebemos que incluir não está relacionado apenas a quebra de paradigmas e preconceitos, faz-se necessário estruturar as escolas com ferramentas que tornem a acessibilidade real e concreta.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2004, p. 73 apud MENDONÇA, 2015, p. 6).

A gestora da instituição confirmou que o AEE é realizado no contraturno, no entanto há uma especificidade, tal atendimento não é individual, devido a alta demanda da escola os alunos são divididos em grupos para ter acesso coletivamente a sala de recursos, há um número determinado de educandos que vão à escola em cada turno. Foi explicado que o ônibus disponibilizado pelo município leva as crianças com necessidades especiais para a escola no horário da aula regular, depois os leva para casa, e nos dois dias de atendimento busca-os novamente para que eles trabalhem suas dificuldades na sala de recursos, explorando assim as potencialidades desse alunado.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2008, p. 10 apud SILUK et al. 2014, p. 38).

Nesse caso cumpre-se a legislação vigente que determina o direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação quanto ao atendimento educacional especializado, assim como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 4º:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, p. 2).

Quando questionada acerca do apoio escolar que é estabelecido por lei para crianças que são públicas da Educação Especial e necessitam de um profissional que as auxiliem a realizar as tarefas propostas na sala de aula e no cotidiano escolar, a coordenadora geral explicou como esse apoio escolar funciona na instituição. Nas palavras da coordenadora:

“Assim, a gente separa por grupo, entende... Aqueles que tenham necessidades de ter um acompanhante, um cuidador que assim a gente chama, aí essa criança tem um cuidador escolar, mas aqueles que conseguem ficar em sala, acompanham as atividades, não têm apoio, então um cuidador olha várias crianças, e é só cuidado, levar ao banheiro, beber água, lanchar, distraí para a criança não se machucar”.

Diante dessa situação verifica-se que a figura do apoio escolar existe na instituição assim como determina a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Apesar de o profissional cuidador escolar ter a função de observar várias crianças e atuar no cuidado e higiene delas, tais cuidadores não prestam assistência pedagógica.

Já no que diz respeito ao processo para solicitar um apoio escolar para determinado aluno, a gestora explicou que tais apoios, chamados de cuidadores escolares, são solicitados junto a Secretaria de Educação do município, a necessidade é informada, a escola faz um relatório com a comprovação do diagnóstico e espera até que tal cuidador seja direcionado a esse aluno, um processo que muitas vezes é demorado.

Sobre a pergunta: A coordenação considera a escola um ambiente inclusivo?, a coordenadora geral alega que sim e justifica:

“Enxergo sim, acredito muito, embora sejam muitas as dificuldades, porque é uma escola pública municipal, e assim, deixa a desejar né? Mas a gente consegue incluir, envolver eles dentro dos trabalhos pedagógicos, e sobre a acessibilidade, a escola tem rampas e o banheiro adaptado também para criança cadeirante por exemplo.”

Assim como destaca Mantoan (2006 apud MENDONÇA 2015) a inclusão implica a necessidade de modernizar e reestruturar as escolas, e isso não diz respeito apenas às condições estruturais, mas também ao processo ensino e aprendizagem, sendo preciso trabalhar as dificuldades desses alunos, refletindo sobre como o ensino é realizado e como a aprendizagem ocorre e é avaliada.

Analisando a escola a gestora considera que para melhor atender ao público da educação especial é necessário:

“Ampliar a escola e comprar mais equipamentos, jogos, atividades para que eles possam se desenvolver e ter um ambiente grande, porque eu acredito que o aluno especial tem que ter uma sala ampla né? Bem diversificada, colorida, e infelizmente ainda não temos, mas chegamos lá (risos).”

Logo, ressalta-se mais uma vez a necessidade de equipar com mais recursos a sala do AEE, uma vez que o espaço destinado ao atendimento é simples e pequeno para atender as necessidades dos alunos da Educação Especial. Quanto à professora da sala de recursos, nota-se o empenho para a prestação desse serviço com qualidade, foi relatado por ela que a cada duas aulas em sala, a terceira é realizada na quadra da escola, e que muitos alunos cobram esse momento, ou seja, eles se localizam temporalmente para realizar tal questionamento.

A sala de recursos multifuncionais, lócus preferencial do AEE, é o espaço físico que contém mobiliários, recursos pedagógicos e de acessibilidade e materiais didáticos para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (SILUK et al. 2014, p. 44).

Realiza-se ainda na última semana do mês uma sessão cinema, com pipoca e filmes selecionados e votados pelos alunos para estreitarem ainda mais os laços entre eles e no momento do intervalo, mesmo no contraturno eles interagem com os alunos do turno vespertino regular, o que favorece a socialização. Sendo assim:

Do ponto de vista psicológico e afetivo, não há dúvida de que é na interação com o grupo e com as diferenças de sexo, de cor, de idade, de condição social e com as diferenças de aptidões e de capacidades físicas e intelectuais existentes no grupo que a criança vai construindo sua identidade, vai testando seus limites, desafiando suas possibilidades e, conseqüentemente, aprendendo (SARTORETTO, 2011, p. 1).

Ao abordar o questionamento sobre a formação do corpo docente e se eles estariam capacitados a gestora respondeu brevemente que sim e que os professores são perfeitos.

É possível perceber a partir dessa resposta curta e direta que a gestora valoriza e enaltece os professores da instituição por buscarem a inclusão, diante das adversidades que a escola pública possui. Na escola verifica-se, por exemplo, uma turma de 30 alunos, sendo quatro deles com deficiência, que é comandada por uma professora, que precisa adaptar materiais para os alunos da Educação Especial e

ministrar aulas que atendam tanto o alunado dito “padrão” como aos que possuem necessidades especiais. Logo verifica-se a necessidade da formação continuada de professores para atuarem em salas de aula cada vez mais diversas.

Por isso é importante que para atender essa demanda educacional de alunos com deficiência sejam enfatizados os processos formativos dos professores, tendo em vista que esses alunos precisam de atenção, de condições concretas que venham a favorecer sua inclusão e participação no processo de aprendizagem escolar (SILUK et al. 2014, p. 17).

Quando perguntada sobre a necessidade do diálogo entre os profissionais da instituição e a equipe multidisciplinar que acompanha a criança, é notório que esse papel está mais centralizado na figura da Secretaria de Educação, assim foi relatado: “Então, nós temos uma coordenação na secretaria, lá a coordenadora dos alunos da Educação Especial faz essa ponte com a família, principalmente no momento em que se busca o diagnóstico.”

A professora da sala de recursos relatou que há famílias mais participativas e outras ausentes, e que sempre pergunta aos alunos com menos comprometimento de fala e entendimento se eles foram ao médico, ao fonoaudiólogo, ao psicólogo, para compreender como está a rotina dos alunos fora dos muros da escola, analisando se os educandos estão sendo bem atendidos.

Ou seja, tanto o psicopedagogo quanto o professor da sala regular necessitam dialogar com a equipe multidisciplinar que acompanha o educando fora do ambiente escolar.

Dentro dessa perspectiva a equipe multidisciplinar é integrada por diversos profissionais de áreas diferentes: professores, pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras e assistente sociais. Juntos partilham dos mesmos objetivos na educação especial, voltados para as necessidades do aluno, relacionando os saberes de forma a contribuir na resolução das necessidades de cada educando (ROSÁRIO et al., 2017, p. 2).

Desse modo, percebe-se que esse diálogo que foi mencionado não é algo corriqueiro na instituição, há famílias mais participativas que buscam se integrar a escola para somar esforços e garantir o máximo de independência e qualidade de vida para esses alunos.

A gestora relatou que considerando o público da Educação Especial que a escola atende, os que possuem o transtorno do espectro autista estão em maior

número, e esse número se reflete na sociedade, pois o TEA nunca foi tão discutido, estudado e visto nas escolas regulares como nos dias atuais.

A última pergunta da entrevista foi: A escola já chegou a encaminhar algum aluno para um profissional como o psicólogo ou o neurologista, com suspeitas de que o estudante possuía alguma necessidade especial? E foi respondido da seguinte maneira:

“Sim, a gente já encaminhou, mas como eu te disse, através da coordenadora da educação especial da Secretaria de Educação, chama a família, conversa sobre a dificuldade do aluno, é que muitos pais ainda hoje não aceitam a deficiência do filho, eles acham que a gente está chamando o menino de doido, entendeu? Então, quando nós conseguimos convencer a mãe, aí essa profissional da secretaria, encaminha todo o procedimento, para ir pro médico, ir pro atendimento.”

Verificamos que o processo do diagnóstico é o mais delicado, tanto para a instituição como para a família, isto porque, durante séculos, a deficiência foi associada a imperfeição, a inabilidade e a invisibilidade social. Hoje, os tempos mudaram, mas esses adjetivos ainda precisam ser superados, pois a pessoa com deficiência também é um cidadão com direitos e deveres.

Por isso, numa perspectiva de escola inclusiva, o ambiente escolar deve representar, com a maior fidelidade possível, a diversidade dos indivíduos que compõem a sociedade. São as diferenças que possibilitam enriquecer as experiências curriculares e que ajudam a melhor assimilar o conhecimento que se materializa nas disciplinas do currículo (SARTORETTO, 2011, p. 2).

Desse modo, a coordenadora geral contribuiu com a pesquisa nesse estudo de caso, trazendo sua visão sobre a educação inclusiva e o olhar sobre a prática da escola na qual trabalha. Diante dos desafios enfrentados na instituição, nota-se a que há muito a evoluir, mas também a comemorar pois hoje o município conta com outras escolas com salas de recursos, logo, o trabalho dessas unidades de ensino pode ser realizado com mais sucesso e efetividade.

#### **4.2 Relato da entrevista com a docente**

A professora da sala regular do 5º ano vespertino participou desse estudo de caso, sua formação é em Pedagogia, sem especialização, e ela trabalha numa turma de 30 alunos, sendo quatro deles estudantes da Educação Especial, são dois

com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um com hiperatividade e o outro com Síndrome de Down. Nesse contexto, percebe-se uma turma diversa e com inúmeros desafios enfrentados cotidianamente.

A entrevista foi iniciada partindo do questionamento sobre quais são os maiores desafios enfrentados em sala de aula para incluir os alunos com TEA às aprendizagens e atividades cotidianas.

“Com os alunos autistas meu maior desafio é a leitura, porque o Aluno TEA 1 tem dificuldade pra ler, ele consegue mesmo é copiar, mas a leitura eu estou trabalhando ainda, já o Aluno TEA 2 já lê tudo sozinho, não erra uma palavra no ditado e é participativo nas aulas, ele é maravilhoso, os dois conversam sabe? Interação direitinho com os outros alunos, e a turma também ajuda eles.”

Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 11) destacam que: “As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes das outras, entretidas em seu mundo, sem demonstrar desconforto.”

Entretanto é notório que os alunos diagnosticados com TEA dessa turma, não possuem dificuldade em socializar, muito pelo contrário, são participativos em sala de aula, sendo necessário trabalhar com mais precisão a questão da leitura com um deles. O fato desses dois educandos conseguirem socializar é de grande importância, visto que é em meio às interações que as aprendizagens significativas são construídas.

No que se refere a sentir-se preparada para o trabalho com os educandos da Educação Especial, a docente afirma que a experiência de anos na profissão lhe permite ter confiança em seu trabalho. Porém relata a dificuldade em obter materiais para trabalhar individualmente com os alunos, pois quando a escola não dispõe é preciso confeccionar esses instrumentos que favorecem a realização de atividades mais lúdicas e concretas.

No campo da inclusão das pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista, um currículo verdadeiramente inclusivo vem marcado por um aspecto essencial denominado Adaptação Curricular (AC). As ACs são os “ajustes” realizados no currículo para que ele se torne apropriado ao acolhimento das diversidades dos alunos. Envolve modificações organizativas nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos em relação à construção do conhecimento (RACHED, PINTO e SCHIRMER, 2017, p. 240).

O questionamento três foi o seguinte: A sua formação, desde a graduação até os dias atuais lhe ofereceu suporte, mesmo que teórico para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Numa resposta curta e direta a docente respondeu: “Não, foi experiência mesmo de tempo em sala de aula.”

Ou seja, a professora não se sentiu preparada com a graduação, nem possui especialização, logo, conta apenas com as formações oferecidas pela rede de ensino na qual trabalha, tendo ainda a opção de realizar cursos *online* que permitam conhecer cientificamente mais acerca das especificidades das deficiências que os alunos matriculados em sua turma possuem. Nesse contexto, é válido ressaltar a importância da formação continuada do docente para que ele possa contribuir ainda mais no processo ensino e aprendizagem.

Quando foi perguntado se a inclusão era realidade na sala de aula ou ainda um sonho a ser alcançado, a docente afirmou que a inclusão tão importante e necessária nessa sociedade desigual, é sim realidade. Ela afirmou:

“Já é realidade, a gente vem trabalhando, não só esse ano, mas sempre nas minhas turmas tinham crianças deficientes. Eu gosto de fazer trabalhos em grupo, e isso ajuda a incluir.”

É notório que a inclusão passa diretamente pela atuação do professor em sala de aula, assim como destaca Mantoan (2003, p. 43), “Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.”

Por isso incluir não é a mera integração do estudante deficiente na sala de aula regular, é preciso acolher, conhecer as dificuldades desse aluno, ter professores capacitados que trabalhem numa perspectiva de possibilitar a esse sujeito mais autonomia e independência, de modo que as interações do ambiente escolar promovam o estabelecimento de relações sociais respeitadas entre o educando deficiente e seus pares.

Sobre o questionamento acerca do material didático dos alunos com deficiência ser o mesmo da turma ou diferente, a docente explicou que entre seus quatro alunos que possuem deficiência, apenas o diagnosticado com Síndrome de Down utiliza o material adaptado que é elaborado pela própria professora, ela ressaltou ainda que esse aluno só consegue realizar as atividades com o seu apoio.

Já os alunos com TEA e o hiperativo utilizam o mesmo material didático da turma, necessitando apenas do suporte da professora na realização das tarefas.

No que diz respeito a pergunta sobre o que é feito quando o aluno não está no mesmo nível cognitivo da turma e seguindo quais estratégias e orientações, a docente disse:

“Então, trabalha muito o lúdico né? Assim a gente tenta trabalhar com eles o lúdico, quando não temos, tentamos confeccionar.”

É válido ressaltar que não há uma troca de informações entre a professora da sala regular do turno vespertino e a professora da sala de recursos do turno matutino, o que dificulta o trabalho conjunto tão valioso e necessário para que o educando com deficiência supere suas dificuldades. A própria docente da turma regular afirmou que a correria do dia a dia impede esse diálogo, que possibilitaria a ambas a troca de saberes e estratégias.

Por isso é importante ressaltar que o psicopedagogo e o pedagogo devem trabalhar em parceria.

Para ponto de partida dessa prática pedagógica, primeiramente o educador deve conhecer o seu aluno, saber o que ele mais gosta, o que lhe faz sentir mais seguro, seus medos e dificuldades. É essencial que o professor tenha conhecimento desses fatores, pois é a partir deles que poderá desenvolver atividades dentro do padrão de cada aluno (BRITO, TEIXEIRA, 2020, p. 724).

Uma vez que o professor da sala regular já conhece o aluno com o transtorno do espectro autista por exemplo, percebendo suas preferências, o que atrai sua atenção e o que pode irritá-lo, já é possível dialogar com o docente do AEE para que o mesmo trace estratégias ainda mais direcionadas possibilitando que esse aluno construa aprendizagens significativas ao longo do processo.

Cabe ao professor do AEE realizar uma avaliação minuciosa das necessidades e potencialidades dos alunos atendidos, para com isso apontar os serviços, recursos e estratégias consideradas pertinentes a cada situação. Tendo em vista esta ação, o plano de Atendimento Educacional Especializado se configura como o documento norteador do trabalho a ser desenvolvido com o aluno [...] (SILUK et al, 2014, p. 57).

A questão sete da entrevista, pontua: O que a professora acredita que seja necessário mudar na escola para que atenda devidamente e dignamente os educandos com necessidades especiais?

“Eu acho que eles já têm um bom acompanhamento, porque eles têm a sala de recursos no turno oposto, então isso já favorece muito a gente e o nosso trabalho.”

É possível verificar que a existência da sala de recursos na concepção da docente já favorece o bom acompanhamento que os alunos deficientes possuem na instituição, contudo a professora não mencionou a necessidade de mudar algo. Analisando criticamente a unidade de ensino na qual o estudo de caso foi realizado, verifica-se que a sala de recursos e as cadeiras são pequenas para comportar os alunos que a utilizam, é necessário mais espaço e mais conforto para que o AEE seja realizado com êxito.

A professora considera a escola um ambiente inclusivo e sobre a família dos estudantes e sua efetiva participação na unidade de ensino, ela discorre:

“As famílias são pouco participativas, só procuram a gente quando precisam de relatório, de alguma papelada que a gente tenta fazer pra eles enviarem para outros órgãos, mas são pouco participativas, só a mãe do que tem Síndrome de Down que vem até a escola, pergunta se ele faz as atividades, como está sendo feita, ela queria que ele usasse o livro, mas o material dele é adaptado.”

Assim percebemos que a maioria das famílias não participam efetivamente da vida escolar desses alunos, seja por falta de tempo ou de conhecimento, fica a cargo da escola e seus professores a preocupação com a aprendizagem dos estudantes, uma vez que, são enfrentados inúmeros desafios, principalmente pedagógicos e comportamentais.

Logo, a entrevista com a docente nos permite perceber que a unidade escolar precisa integrar o trabalho da professora da sala regular com a professora da sala de recursos, para que haja diálogo e troca de informações que possibilitem uma ação conjunta, que necessita ainda do apoio da família. Nesse sentido, percebe-se que o trabalho deve ser realizado em conjunto, integrando as aulas, o AEE e a dinâmica familiar numa relação de apoio mútuo e colaboração.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O verbo incluir tão falado e discutido atualmente, foi ignorado por séculos, diante de civilizações, períodos e contextos nos quais a pessoa “diferente” das demais foi marginalizada e excluída socialmente. Por isso nos dias de hoje, a inclusão representa mais que a figura da criança deficiente numa sala de aula regular, significa a garantia de um direito fundamental do cidadão, de sentir-se como parte integrante do processo seja de ensino e aprendizagem ou em sociedade. E é nesse convívio entre seres singulares e com características distintas que a aprendizagem se constrói, em meio a diversidade de saberes, vivências e conhecimentos.

A partir desse estudo de caso percebe-se que a educação inclusiva no contexto da escola pública ainda possui aspectos a evoluir. Quando a legislação defende a inclusão na sala de aula regular, o atendimento educacional especializado, a formação continuada dos professores e a estrutura adequada e adaptada para receber os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, busca-se garantir direitos e podemos notar o quão importante é atender efetivamente a estas condições.

A EMEFJC necessita de mais estrutura para atender aos alunos que são público da educação especial, visto que há um quantitativo elevado de estudantes com deficiência, já que a unidade conta com quarenta e dois alunos diagnosticados. O atendimento educacional especializado é realizado coletivamente numa sala de recursos que possui um espaço relativamente pequeno, com cadeiras que não comportam devidamente os adolescentes e recursos pedagógicos que devem ser ampliados, havendo maior disponibilidade de materiais que possibilitem trabalhar melhor as necessidades individuais de cada um.

Outro aspecto importante a ser mencionado é o fato de a professora da turma regular ter a graduação em Pedagogia, contudo não possuir especializações, tendo afirmado que aprendeu com a prática a trabalhar e lidar com os desafios da sala de aula inclusiva e diversa, ou seja, verifica-se a necessidade de promover formações continuadas aos docentes da rede municipal para que a teoria, o conhecimento científico e crítico seja a base de atuação desses profissionais em sala de aula.

É válido ressaltar também a necessidade do diálogo, entre as professoras da sala de recursos e sala regular, que devem compartilhar suas experiências cotidianas, por exemplo, a partir de uma atividade a docente da turma regular perceber

o interesse e avanços na aprendizagem de um aluno com TEA utilizando determinada metodologia ou material pedagógico. Sendo assim ela compartilha tal informação que pode levar a profissional da sala de recursos, ou seja, a psicopedagoga a trabalhar de modo ainda mais assertivo as principais dificuldades do educando, trazendo também a família para maior participação na vida acadêmica dos alunos com necessidades especiais.

Logo, a inclusão dos estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ocorre na instituição pesquisada de modo a ser melhorada, nos aspectos já mencionados, ou seja, questão estrutural, formação continuada dos docentes, diálogo entre professora e psicopedagoga mais a família. Pontuando que assim como foi verificado nesse estudo de caso os alunos com TEA não apresentam a dificuldade de socialização, enquanto um deles já sabe ler, o outro está nesse processo de alfabetização para aprender a ler e compreender, isto é, interpretar o que se pede, por isso é válido intensificar o trabalho pedagógico para superar essa e outras dificuldades na aprendizagem desses estudantes.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AUGUSTO, Cleide Albuquerque *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007- 2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a07v51n4.pdf> Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 a**, Lei Romeo Mion. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm) Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 17.272 de 14 de janeiro de 2020 b**, São Paulo. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/78-leis/9372-lei-n-17-272-de-14-01-2020-dispoe-sobre-a-realizacao-de-sessoes-de-cinema-adaptadas-para-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-e-suas-familias#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.272%2C%20DE%2014%20DE%20JANEIRO%20DE,disposto%20no%20inciso%20I%20do%20artigo%2084%20> Acesso em 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n. 9.394/96. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP, 2020 c.**

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202012.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202012.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990). Acesso em 28 abr. 2022.

BRITO, Jaíne da Silva. TEIXEIRA, Verônica Rejane Lima. **Educação Inclusiva e o Papel do Professor**. Id on Line Rev. Mult. Psic. v.14, v. 52, p. 718-728, Outubro/2020.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2010. (7.ed. atual. ortog.)

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura. FERNANDES, George Pimentel. **História do Autismo: compreensões iniciais**. Idon Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia. v.13, n. 47, p. 133-138, 2019. Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>

FADDA, Gisella Mouta. CURY, Vera Engler. **O enigma do Autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno**. Psicologia em Estudo, v. 21, n. 3, Julho-Setembro, 2016, pp. 411-423. Universidade Estadual de Maringá.

FERNANDES, Adriano Hidalgo. SILVA, Rosane Guimero Dias. **Formação do professor para a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na rede regular de ensino**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor, PDE Artigos, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Edição 6, São Paulo, Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 3 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação Especial e Educação Inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. VIII Encontro de Pesquisa em Educação, III Congresso Internacional Trabalho Docente e Processos Educativos, 2015.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, Coleção educação contemporânea.

ROSÁRIO, Ana Elisabete de Paula et al. **Percepção dos Professores sobre a Atuação da Equipe Multidisciplinar na Escola Especial**. IV Congresso de Educação, III Seminário de Letras, III Simpósio de Psicologia e II Diálogo em Psicologia, Educação, Diversidade e Inclusão. 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/79421333/a-atuacao-da-equipe-multidisciplinar-na-escola-especial>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **Os Fundamentos da Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em [https://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Inclusiva.pdf](https://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva.pdf). Acesso em: 01 out. 2022.

SCHIRMER, C. R., PINTO, L. M. F., RACHED, A. C. **Material pedagógico adaptado ou especialmente elaborado e os recursos de Comunicação Alternativa e Ampliada postados no WhatsApp**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 207-241, 2017.

SILUK, Ana Cláudia Pavão et al. **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1.ed., Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação–ce. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TAMANHAHA, Ana Carina. PERISSINOTO, Jacy. CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**. v. 13 n. 3, p. 296-299, 2008.

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Karla Santos Dias, acadêmico (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA, orientado (a) pela Prof. (a) Dr.<sup>a</sup> Tâmara Regina Reis Sales, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema versa sobre: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: um estudo de caso no município da Barra dos Coqueiros, atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.


O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 25/10/2022.

  
Assinatura da aluna concluinte